

Qualificação profissional na construção

Revisitar o passado para projetar o futuro

Vitor Córias | Presidente da Direção do GECORPA | vitorcoias@gecorpa.pt

Para contribuir para a competitividade do País, o setor da construção deve voltar-se para o mercado externo, não para executar empreitadas de construção “pura e dura”, mas para oferecer serviços especializados em segmentos como a valorização dos centros e edifícios históricos, a conservação do Património e a reabilitação sísmica do edificado e da infraestrutura.



Em termos atuais, a qualificação pode ser definida como o resultado de um processo formal de avaliação e validação comprovado por um órgão idóneo, reconhecendo que um indivíduo adquiriu competências, pela via da *formação* ou pela da *experiência*, em conformidade com referenciais estabelecidos. A qualidade do serviço prestado pressupõe que tal processo seja extensivo aos profissionais dos três grandes grupos em que, hoje e desde longa data, na construção como noutros setores, são sistematizados os recursos humanos: os **operários**, os **quadros intermédios** e os **quadros superiores**. Com o presente exercício pretende-se fazer uma brevíssima análise, ao longo dos dois últimos séculos, não só do modo como os profissionais e as suas organizações promovem a qualificação, mas também o modo como o próprio Estado a incentiva ou condiciona, num contexto económico, social e político, em permanente mudança. Para esse efeito, consideram-se profissionais da construção os que prestam serviços nos dois principais grupos de agentes do setor: as empresas que se dedicam ao Projeto e as que se dedicam à Execução das obras (fig. 1).

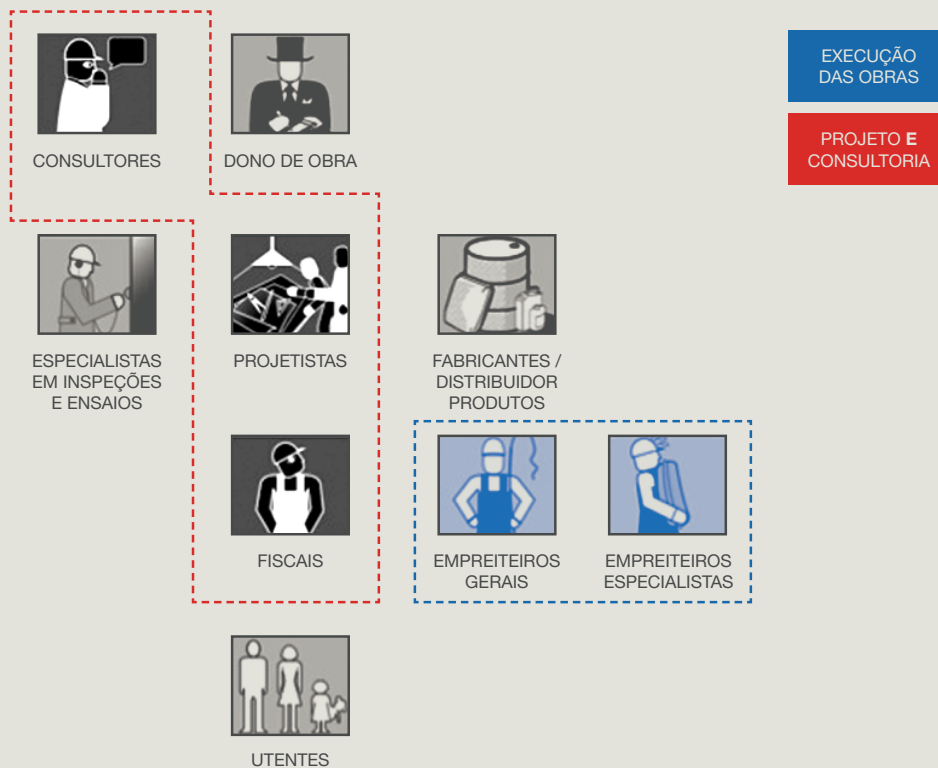
Antecedentes: da reconstrução pombalina à 1ª Invasão Francesa (1755-1807)

Até ao século XVIII são os mesterais ou corporações de ofícios ditos “mecânicos”, isto é, que envolvem trabalho manual ou braçal, instituídas em Portugal a partir do século XIV, que asseguram a qualificação profissional. A formação profissional ocupa nos regimentos destas organizações um lugar central, neles se estabelecendo as condições de admissão dos *aprendizes*, o modo em que se efetua a promoção a *oficiais* ou *jornaleiros*, e destes a *mestres*, assim como as condições a respeitar para poderem exercer a atividade. Os grandes estaleiros, como o da obra do convento de Mafra, já no século XVIII, funcionam, também, como centros de formação.

A importância atribuída pela sociedade às corporações da construção vem de longa data: uma determinação do senado da câmara de Lisboa, datada de 1539, estabelecia que era a bandeira de S. José, chefiada pelos carpinteiros e pelos pedreiros, que ocupava o primeiro lugar nas procissões¹.

Dado a construção não ser tributária de qualquer fileira exportadora, as suas corporações não foram muito afetadas pela prevalência das políticas mercantilistas dos séculos XVII e XVIII. No entanto, entre o início do século XVII e o início do século XIX registou-se em Portugal e, em particular, em Lisboa, uma progressiva diminuição do número de oficiais da construção que, anualmente, eram examinados, passando, da casa de alguns milhares para escassas centenas².

A criação da Aula de Desenho e Fábrica de Estuques, onde, em 1771, na dependência da Fábrica das Sedas, passa a ensinar o mestre João Grossi, pode ser vista como uma antecipação da formação profissional de artífices da construção, promovida pelo Estado, fora do regime das corporações profissionais tradicionais. É, também, em meados do século XVIII, que o ensino formal da arquitetura civil, presente no País desde fins do século XVI, é introduzido, como disciplina autónoma, no currículo duma nova instituição de ensino superior: o Colégio dos Nobres.



1 | Os profissionais da construção trabalham predominantemente nos dois principais grupos de agentes do setor: Projeto (e consultoria), e Execução das obras (empreiteiros).

Com o advento das grandes obras públicas do século XVIII, as profissões de arquiteto e de engenheiro iniciaram, em Portugal, uma progressiva transferência para o setor civil, processo que já se encontrava claramente em curso à época da reconstrução pombalina de Lisboa. Nessa altura, as profissões de arquiteto e engenheiro encontravam-se, no entanto, ainda personificadas nos mesmos agentes. A reação à catástrofe de 1755 pôs em evidência o profissionalismo da equipa de engenheiros-arquitetos a quem Pombal confiou a tarefa de planear a reconstrução, com destaque para Manuel da Maia, Eugénio dos Santos e Carlos Mardel.

Na esteira do grande sismo, o aumento da procura de carpinteiros e pedreiros levou ao aparecimento de profissionais autopromovidos, atraídos pelos elevados salários praticados. Este efeito foi prontamente reprimido pelo Estado, acentuando a rarefação da mão de obra

sem, no entanto, evitar a degradação da sua proficiência.

A Aula de Desenho e Debuxo do Porto, criada em 1779³ para responder às necessidades das indústrias nortenhas, e o caráter de “Academia” que assumiu, foi um passo relevante para a estruturação, no período em estudo, duma formação autónoma em arquitetura, associada às Belas-Artes.

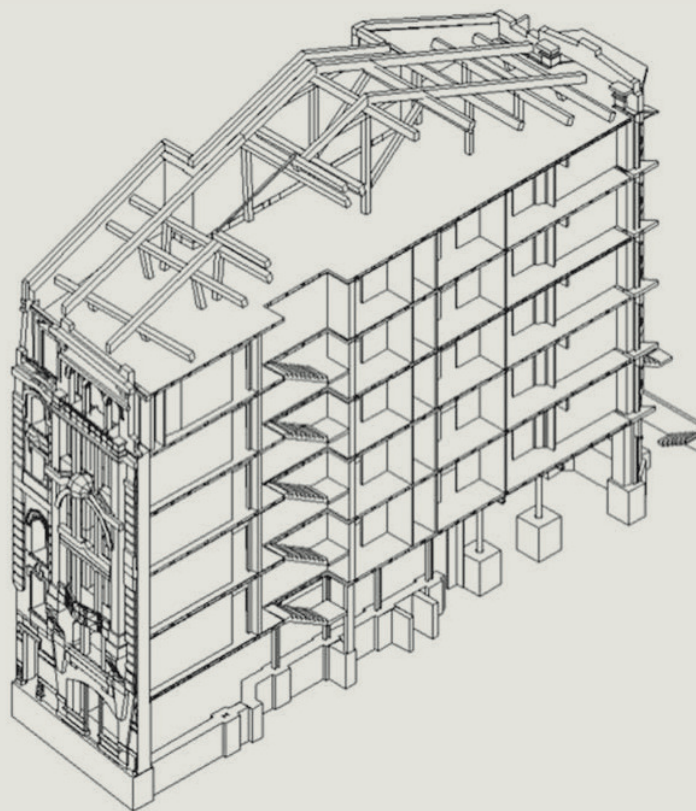
No que toca à formação em engenharia, destaca-se a criação, em 1790, da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho⁴, destinada a formar oficiais para a Engenharia, a Artilharia, a Cavalaria e a Infantaria.

Um primeiro sinal de afirmação dos engenheiros civis como corpo profissional autónomo, em Portugal, surge em 1796, quando é apresentado, por José Manuel de Carvalho e Negreiros, com a sua “*Representação que serve de introdução para se projectar um regulamento para o Real Corpo de Engenheiros Civis e todas as suas dependências*”⁵. A ideia perde-se, entretanto, no turbilhão em que o País se vê envolvido nas primeiras décadas do século XIX.

Do início do 2.º reinado de D. Maria II a Passos Manuel e Costa Cabral (1834-1846)

Em 1834 as corporações profissionais são ilegalizadas, não sendo criada nenhuma instituição alternativa que supra as necessidades de operários qualificados do setor da construção. Tal só vem a ocorrer, de forma consistente, em 1884, com as escolas industriais.

Entretanto, em 1836, Passos Manuel cria os Liceus, nos quais introduz o ensino das Ciências, da Física, da Química, da Mecânica e da História Natural, com vista à sua aplicação prática nas Artes e Ofícios⁶. No mesmo ano, são criados os Conservatórios de Artes e Ofícios em Lisboa e no Porto, e as Academia de Belas-Artes no Porto e em Lisboa. Os primeiros são espaços de finalidade pedagógica, mais dirigidos aos formandos destinados à indústria fabril do que aos da construção. As segundas são instituições onde o ensino da arquitetura privilegia a vertente artística. Logo no princípio do ano seguinte, são criadas, sob a égide militar, três novas instituições de ensino superior: a Escola Politéc-



2

nica e a Escola do Exército, em Lisboa, e a Academia Politécnica, no Porto: a primeira é destinada ao ensino preparatório dos candidatos a oficiais do Exército e da Marinha; na segunda passam a formar-se engenheiros civis, e a terceira tem por missão formar engenheiros civis “de todas as classes”: engenheiros de minas, engenheiros construtores e engenheiros de pontes e estradas.

Da Regeneração ao advento do betão armado (1851-1900)

É nos anos cinquenta do século XIX, sob o impulso de Fontes Pereira de Melo, que ressurgiu, em Portugal, uma intensa atividade construtora. Primeiro, com a construção da infraestrutura necessária para a instalação dos caminhos de ferro e a expansão e renovação da rede de estradas; mais para o fim do período, com a expansão urbana e a melhoria da infraestrutura portuária. Numa parte importante das obras executadas na segunda metade do século XIX começa a ser utilizado em Portugal um novo conceito construtivo desconhecido dos construtores portugueses: o ferro estrutural.

A partir dos anos sessenta, a construção em ferro surge em grandes obras de engenharia, quer privadas, como as coberturas do Palácio de Cristal, no Porto, e, mais tarde, do Coliseu, em Lisboa, quer públicas, como as pontes de D. Maria Pia e de D. Luís, no Porto. O ferro está também presente no projeto do arquiteto francês Jean-François Colson para o edifício da Alfândega Nova do Porto.

Em 1852, no início da Regeneração, a qualificação profissional recebe um primeiro impulso através da criação do Instituto Industrial de Lisboa, e, já na década de sessenta, novo impulso com a criação do Instituto Industrial do Porto, entidades vocacionadas para a formação de operários qualificados e técnicos intermédios para a indústria, como os Condutores de Obras Públicas e os Mestres de Obras^{7, 8, 9}.

A partir de 1874, com o engenheiro Frederico Ressano Garcia à frente da Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa, começa a desenhar-se a expansão da cidade para norte, segundo um plano que veio a designar-se por “Avenidas Novas”¹⁰. Na sequência do lançamento deste plano, a construção de novos

edifícios de habitação regista dois “picos”, nos períodos 1886-1892 e 1902-1909. São desta época os *gaioleiros*, vaga de promotores imobiliários, por vezes pouco escrupulosos, que então proliferavam em Lisboa e noutras cidades e deram o nome aos edifícios de rendimento construídos entre o último quartel de oitocentos e primeiro de novecentos (fig. 2).

Ainda no século XIX, mas mais para o fim, começa a ser explorada comercialmente em França, e chega rapidamente a Portugal, uma nova tecnologia construtiva, que, no espaço de poucas décadas, irá ampliar o impacto das grandes obras de engenharia civil e alterar profundamente o modo como os profissionais e as empresas do setor se organizam e exercem a sua atividade: o betão armado, cuja patente é registada em Portugal, por François Hennebique, em 1896. A nova tecnologia é aplicada pela primeira vez em Portugal em 1898, na reconstrução da Fábrica de Moagem do Caramujo, na Cova da Piedade, destruída no ano anterior por um incêndio¹¹ (fig. 3), e é depois explorada no País, sob licença, pela sociedade de “Engenheiros-Construtores” Moreira de Sá e Malevez (fig. 4).

2 | Desenho esquemático de um edifício “gaioleiro”.

3 | Moagem do Caramujo, Cova da Piedade, durante a construção, em 1897’.

4 | Publicidade da firma “Moreira de Sá & Malevez”²⁷.



3

Moreira de Sá & Malevez
ENGENHEIROS-CONSTRUCTORES
AGENTES GERAIS DO SYSTEMA BENNEQUE EM PORTUGAL

ESCRITÓRIOS TÉCNICOS:—Lisboa - Rua Palmyra, 4 r/c.
Porto - Rua de Santo Antonio, 109

191

Construções de toda a especie. Casas de habitação, edifícios industriaes, Empreitadas geraes de obras publicas ou particulares com materiais de toda a especie.

Construções inteiramente de BÉTON de CIMENTO ARMADO taes como: reservatorios para agua, vinho ou outro liquido, escadas, pavimentos, pilares, edificios completos, canalisações, pontes, etc.

Orçamentos e plantas de adaptação gratis

Publicidade e Typ. da Associação N. 1011

4

Em 1884, por iniciativa governamental de António Augusto de Aguiar, são criadas escolas de desenho industrial e Lisboa, Porto e várias outras localidades. Em Lisboa, vem a destacar-se a Escola de Desenho Industrial Marquês de Pombal e, no Porto, entram em atividade duas escolas industriais com apreciável impacto na formação de profissionais da construção: a Escola de Desenho Industrial Faria Guimarães e a Escola Industrial Infante D. Henrique¹².

No que respeita à construção civil, os cursos profissionais abrangiam, em 1893, profissões como estucador, canteiro, carpinteiro civil, carpinteiro mecânico, marceneiro, serralheiro civil e condutor de máquinas, e no que toca ao segmento das artes decorativas, “artífices”, como o pintor, o escultor e o entalhador, entre outros.

Em 1892, após a constituição da “Associação de Classe dos Constructores Civis, Mestres d’obras”, e com o intuito de fazer face à procura de mão de obra associada ao surto de construção de edifícios que então se verificava, o ministro das Obras Públicas encarrega-a de passar diplomas aos profissionais que “se empregavam nas artes e ofícios de construc-

ção civil”. Desde esse pedido até 1896 a associação passou mais de 1600 diplomas a operários da construção, desconhecendo-se os critérios de qualificação.

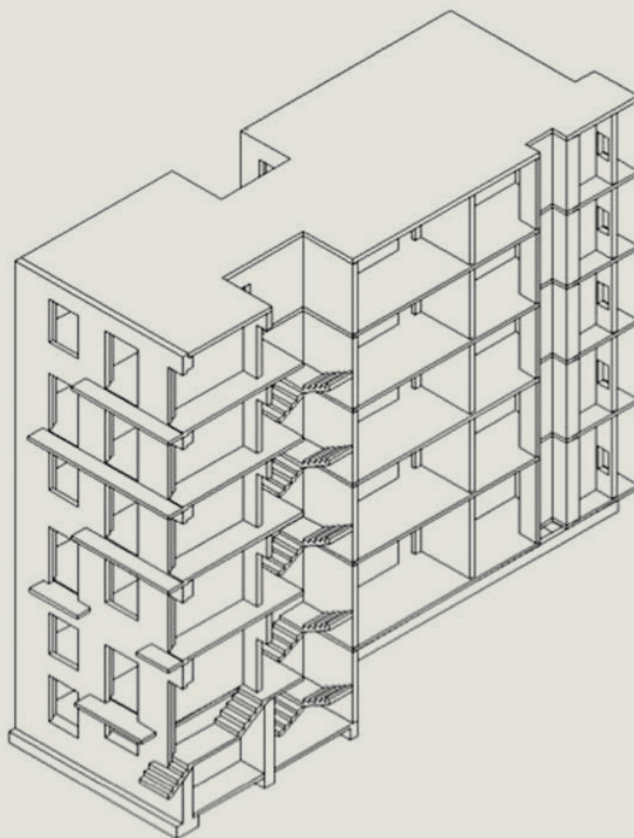
O Regulamento de Construções Civis aprovado em 1895 reconhece aos engenheiros e aos arquitetos a primazia na direção das obras de construção de edifícios. No entanto, essas funções podem, de acordo com o mesmo diploma, ser atribuídas a condutores de obras ou a mestres de obras.

Fim da Monarquia e Primeira República (1900 a 1930)

Até 1910 sai das escolas industriais criadas por António Augusto de Aguiar um elevado número de carpinteiros, serralheiros, trolhas e pedreiros, que engrossam o operariado da construção civil. A construção tem, nesta altura, um notável protagonismo na atividade sindical, chegando o seu órgão de cúpula, a Federação da Construção Civil (FCC), a ser considerada como “a única organização operária que se impõe ao respeito dos patrões e do Estado”¹³.

Nos quadros intermédios mantém-se, durante vários anos no virar do século, o conflito de competências entre os detentores de cursos de construtor civil dos institutos industriais e os mestres de obras, muito deles de formação essencialmente prática, no espírito das antigas corporações¹⁴.

No início do século XX assiste-se a importantes alterações no que toca ao profissionalismo dos quadros médios e superiores do setor da construção. Logo a seguir à implantação da República, em 1911, é fundado, em Lisboa, por cisão do Instituto Industrial, o Instituto Superior Técnico. Em 1915, no Porto, a Escola de Engenharia, até então agregada à Academia Politécnica, passa a Faculdade Técnica e, em 1926, dá origem à Faculdade de Engenharia do Porto. O título de “engenheiro” torna-se exclusivo da nova “elite” de diplomados pelas escolas de ensino superior, passando os diplomados pelos institutos industriais a ser designados por “agentes técnicos de engenharia”. No que concerne os operários, a qualificação continua, nas primeiras décadas do novo século, a ser assegurada pelas escolas profissionais.



5

Estado Novo (1930-1974)

Após a promulgação da constituição de 1933 e a consolidação do Estado Novo, a construção voltou a registar outro, e, desta vez, prolongado surto de atividade.

Entre 1932 e 1943, Duarte Pacheco é, por duas vezes, chamado a dirigir o Ministério das Obras Públicas e das Comunicações, cargo que acumula, durante algum tempo, com o de Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Usando amplamente as suas prerrogativas, Duarte Pacheco concebe e dinamiza um vasto conjunto de obras públicas, como a Estrada Marginal Lisboa-Cascais e a autoestrada do Estádio Nacional, que inclui o Viaduto Duarte Pacheco, a primeira grande obra pública baseada no betão armado construída em Portugal, projetada e dirigida por engenheiros portugueses. No que respeita aos edifícios, com a publicação em 1930 do Regulamento Geral da Construção Urbana para a Cidade de Lisboa, o betão armado é apresentado como sendo o material mais adequado em escadas e pavimentos e é exigida a sua utilização na cintagem dos edifícios com mais de dois pisos. Inicia-se, assim, a vulgarização dos edifícios “de placa”

(fig. 5) em substituição dos “gaioleiros”. Esta nova forma de construir vem a ser a adotada na expansão de Lisboa para norte, com os planos de Alvalade, Encarnação, etc., com os quais se procura corrigir o défice habitacional então existente.

Em 1937 é inaugurado, na Alameda, o Instituto Superior Técnico (fig. 6), uma das primeiras obras a assinalar, em Portugal, a consagração da nova tecnologia do betão armado, aceite, pelos arquitetos, como material de pleno direito.

Na vertente profissionalismo, poderia ter sido relevante o estabelecimento, em 1939, do regime jurídico das carteiras profissionais. No entanto, a emissão não assegurava a qualificação dos portadores, destinando-se sobretudo, a criar uma fonte de receita para os sindicatos¹⁵.

Terminada a segunda guerra mundial as prioridades da política económica são alteradas¹⁶ e a ênfase muda da agricultura para a indústria e serviços. Neste novo contexto, é publicado em 1948, o Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial, regime segundo o qual o ensino secundário técnico passa a constituir um ramo de ensino paralelo ao ensino liceal. O ensino técnico é dado nas então designadas

escolas industriais e comerciais, consistindo num ciclo preparatório com a duração de dois anos, e num “curso de formação” cuja duração pode variar entre 3 e 4 anos. Após uma formação complementar, os alunos podem candidatar-se aos Institutos Industriais e Comerciais e às escolas de Belas-Artes, mas não têm acesso direto à universidade.

No entanto, no que interessa ao setor da construção, era já notória para o Grémio Regional dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas do Sul (GRICCOPS), no final dos anos sessenta, a insuficiente produção do ensino técnico oficial, que apenas oferecia dois cursos de nível intermédio, o de construtores e o de encarregados, e apenas um curso de oficiais, o de carpinteiro. Mas, mais grave do que isso, era o reduzido interesse despertado nos jovens pelo setor da construção, cujas necessidades, estimadas, nessa altura, em 4 000 profissionais por ano, não estavam, de todo, a ser satisfeitas, em contraste com o início do século¹⁷. Não é difícil relacionar o pouco interesse pela construção por parte dos jovens que frequentam o ensino profissional com o facto da legislação que, em 1956 passa a regular o setor, distinguir as empresas apenas pelos quadros superiores ao serviço.

5 | Desenho esquemático de um edifício “de placa”.

6 | Instituto Superior Técnico. Inaugurado em 1937.

7 | Experiência SAAL – Serviço Ambulatório de Apoio Local.

A revolução chega à construção civil.



6



7

De acordo com a nova legislação, é possível, por exemplo, atribuir a um empreiteiro o alvará para Monumentos Nacionais, da classe mais elevada, sem especificar que canteiros, pedreiros ou carpinteiros deve ter nos seus quadros!

No domínio do ordenamento do território e procurando responder à pressão criada pelas migrações internas da década de sessenta, o governo de Salazar promulga, em 1965, o Decreto-Lei n.º 46 673. A transformação de solo rural em solo urbano passa, em grande parte, a ser feita de forma avulsa, em vez de obedecer a um planeamento estruturado, e confere-se à Direção-Geral do Planeamento Urbanístico a capacidade de decidir, administrativamente, quanto a tal transformação e às correspondentes mais valias¹⁸. Por esta mesma altura (meados da década de sessenta) inicia-se o processo de

construção clandestina da Brandoa, situada nos limites de então do concelho de Oeiras.

A insuficiência da resposta do setor privado na produção de habitação social leva a que, no III Plano de Fomento (1968-1973), o problema da habitação social passe a ser assumido como um objetivo, contribuindo para que os anos setenta comecem de forma auspiciosa para o setor da construção, que regista um crescimento acelerado¹⁹.

Do fim do “PREC” ao fim do milénio (1975-2000)

O afluxo dos retornados vem juntar-se às migrações internas, acentuando, na década de setenta, o crescimento da população das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto

verificado desde a década anterior. Esse crescimento, que ultrapassa os 60% no caso de Lisboa, não encontra resposta adequada em terrenos urbanizados e alojamentos disponíveis, intensificando o loteamento desordenado e a construção clandestina.

Logo após o 25 de abril, merece destaque a experiência do Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL), que previa que arquitetos e engenheiros, organizados em Brigadas Técnicas, apoiassem a participação dos moradores pobres de áreas urbanas de gênese clandestina num processo de resolução dos seus problemas de alojamento, envolvendo a apropriação de espaços urbanos valiosos (fig. 7). Devido ao forte estigma ideológico, e ao previsível choque com os interesses do negócio imobiliário, o projeto, idealizado pela equipa do arquiteto Nuno Portas, teve vida curta²⁰.

À extensão a todo o País do congelamento das rendas de casa pelo governo de Vasco Gonçalves, ainda em 1974, segue-se, em fevereiro de 1976, uma resolução do Conselho de Ministros que cria um sistema de financiamento para aquisição ou construção de habitação própria, em condições especialmente favoráveis, para grande satisfação dos promotores/construtores. Esta resolução dá depois lugar a um sistema mais completo de incentivos à compra de habitação própria, durante o governo de Mário Soares. Estavam, assim, criadas as bases para o fortíssimo surto de construção habitacional que teve o seu início na segunda metade dos anos oitenta e veio a atingir o clímax em 2002.

O pós-25 de abril foi funesto no que concerne a qualificação profissional. O ensino técnico passa a ser visto como uma segunda escolha, supostamente destinado à classe baixa, e perde, de novo, relevância, com a “unificação”, em 1975/1976, do ensino secundário e, a seguir, a extinção do ensino profissionalizante nas escolas. Em contrapartida, as associações patronais da construção, recentemente formadas a partir dos grémios do Estado Novo, reunidas num plenário que tem lugar na Figueira da Foz em 15 de maio de 1976, preconizam, como medidas para debelar a crise que já grassava no setor, a reestruturação dos centros de formação profissional com o objetivo de aumentar a qualificação dos trabalhadores, e o estabelecimento de carteiras profissionais²¹. No entanto, a formação profissional só começa a ser retomada, por tentativas, a partir de 1980, após a criação do Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP). Em 1984 é criada a “formação profissional em regime de alternância”, ou “sistema de aprendizagem”, cuja gestão fica a cargo do IEFP, com execução realizada através da sua rede de centros de formação e emprego. No mesmo ano, é revisto o regime jurídico das carteiras profissionais, e definido o modo como são comprovadas as qualificações. São estabelecidos por portaria, relativamente a cada profissão, os requisitos a cumprir, nomeadamente, as regras aplicáveis às provas de habilitação, domínios do conhecimento abrangidos e composição do júri, o prazo de validade da carteira profissional e a eventual prescrição da realização de estágio profissional.

São, entretanto, criados o Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Sul (CENFIC) e o seu congénere do norte, o CICCOPN, mas a atividade formativa arranca muito lentamente e os protocolos de parceria com o IEFP só são homologados em 1987. No ano seguinte, a AECOPS, sucessora do GRICCOPS, inicia uma campanha publicitária nos média, com o objetivo de atrair jovens para o setor da construção e promove a realização de um vasto programa de ações de formação, que foram frequentadas por cerca de 300 jovens. Porém, até à publicação do Decreto-Lei n.º 95/92, de 23 de maio, que estabelece o regime jurídico da certificação profissional e introduziu os Certificados de Aptidão Profissional (CAP), a atribuição da qualificação profissional dos oficiais e quadros intermédios, no setor da construção, continua a não obedecer a qualquer formalização, podendo as empresas definir, de modo discricionário e casuístico, a qualificação que atribuem aos seus colaboradores. Num estudo promovido pelo IAPMEI e publicado em 1998, conclui-se que *“Em matéria de recursos humanos importa ter presente que a prioridade passa pela formação e qualificação do emprego no Sector, como condição essencial para a modernização das empresas e suporte para a introdução de novas tecnologias e para o acréscimo da produtividade. Actualmente, a construção é uma actividade fortemente geradora de emprego não qualificado e precário. No futuro, é essencial que seja um sector criador de emprego qualificado”*²².

Com o acima referido Decreto-Lei n.º 95/92 os CAPs passam a ser emitidos por Entidades Certificadoras, e a ter um período de validade estabelecido caso a caso. Para ser renovado, o Candidato tem que demonstrar que mantém as suas competências. As entidades certificadoras são responsáveis pela certificação da aptidão profissional dos indivíduos e pela homologação dos cursos de formação profissional respetivos. Na construção civil a única entidade certificadora é o IEFP.

No que toca às profissões superiores, assistiu-se, neste período, a uma enorme proliferação de cursos de arquitetura e de engenharia. Este fenómeno foi acompanhado por uma acentuada perda de qualidade, em grande parte motivada pelo facilitismo, quer

no acesso aos cursos e respetivos currículos, quer na atribuição dos graus académicos.

O futuro

O setor da construção deu, durante a segunda metade do século XIX e quase todo o século XX, um contributo importante para o desenvolvimento do País, dotando-o da infraestrutura construída necessária para o bem-estar das populações e o funcionamento da economia. Protegido e ajudado logo no início do Estado Novo, cedo se revelou a sua influência sobre os órgãos de decisão, fruto de uma multiplicidade de ligações pessoais e institucionais. Essa influência não se desvaneceu depois do 25 de abril. Ao contrário: o círculo de influências construtores – partidos – Estado (administração central, regional e local), condicionou frequentemente os processos de decisão, permitindo, a partir dos anos noventa, canalizar para a construção vastos recursos financeiros, que teriam encontrado melhor aplicação noutros setores da economia. Só em crédito hipotecário os bancos aplicaram, na década 2002-2011, 210 mil milhões de euros, financiando-se, para tal, junto de congéneres estrangeiros^{23, 24}. Daqui resultou um forte contributo para a dívida externa e um enorme excedente habitacional: segundo os Censos 2011, havia, nesse ano, em Portugal, 1 868 000 alojamentos sem ocupação permanente, dos quais 734 800 se encontravam devolutos²⁵. Idênticos excessos foram cometidos na construção de infraestruturas de todos os géneros – autoestradas, estádios, centros de congressos, pavilhões multiusos, piscinas – hoje em grande parte subutilizadas.

O que se seguiu deixou bem clara a insustentabilidade do modelo de crescimento económico baseado na construção e no imobiliário, em que, não obstante, as grandes associações do setor continuam a insistir.

É óbvio que haverá sempre necessidade de investir em construção. No entanto, o enfoque do setor tenderá a incidir num conjunto novo de atividades, entre as quais se destacam:

- A reabilitação urbana, incluindo a melhoria das condições de segurança estrutural, em particular face ao risco sísmico;
- A manutenção e melhoria das infraestruturas construídas existentes;

- A modificação das infraestruturas ribeirinhas para ter em conta o resultado das alterações climáticas e suas consequências;
- A desativação e remoção de construções obsoletas ou de impacto fortemente negativo;
- A descontaminação de solos, rios e zonas costeiras e a recuperação de ecossistemas afetados por construções.

Por outro lado, para contribuir para a competitividade do País, o setor da construção deve voltar-se para o mercado externo, não para executar empreitadas de construção “pura e dura”, mas para oferecer serviços especializados em segmentos como a valorização dos centros e edifícios históricos, a conservação do Património e a reabilitação sísmica do edificado e da infraestrutura.

Esta dupla mudança de paradigma configura um desafio de monta para os profissionais e para as empresas do setor da construção. Um grande obstáculo é a baixa qualificação dos recursos humanos da construção, inferior à média, num País em que, segundo um estudo recente da OCDE, “*O capital humano continua a ser o “Calcanhar de Aquiles” da economia*”²⁶. A escassez de mão de obra com elevados níveis de educação e de especialização afeta, há décadas, o setor da construção, em particular, o seu operariado e os seus quadros intermédios. Para corrigir esta situação é necessário valorizar a presença nos efetivos das empresas de operários e quadros intermédios que assegurem as especialidades que elas se propõem exercer.

No que concerne os quadros superiores da construção, há que ter em conta a rápida transição do enfoque do setor da construção nova para a reabilitação que se iniciou em meados da década de 2000. Esta mudança originou já um conjunto de atos de arquitetura e engenharia civil novos e de elevada responsabilidade. Tais atos pressupõem adequada competência por parte dos técnicos envolvidos, o que é contrariado pela proliferação de cursos superiores de arquitetura e de engenharia.

Finalmente, na esfera empresarial da construção, é necessário promover a internacionalização das grandes empresas e, sobretudo, estimular o desenvolvimento da capacidade técnica das pequenas e médias, de modo a que

o setor possa oferecer, no mercado global, serviços de construção de elevado valor acrescentado. ■

NOTAS

1 OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a História do Município de Lisboa*, 1.ª Parte, Tomo V, Lisboa, Typographia Universal, 1891.

2 PEREIRA, João Manuel Esteves – *A Indústria Portuguesa. Subsídios para a sua História*. Com um Ensaio Económico-Social sobre as Corporações e Mesteres por Carlos da Fonseca Lisboa, Guimarães & Companhia Editores, 1979, p. 29-33.

3 RIBEIRO – *Op. Cit.*, Tomo II (1873), p. 65.

4 *Idem, ibidem*, p. 29-30.

5 José Manuel de Carvalho e Negreiros, 1751-1815.

6 CARVALHO, 1996, p. 561-564.

7 ROLLO, Maria Fernanda, e Ana Paula Pires – *Ordem dos Engenheiros – 75 Anos de História, Inovação e Desenvolvimento de Portugal: O lugar dos engenheiros*, Lisboa, Ingenium Edições, 2012, p. 28 e 31.

8 ALVES, Luís Alberto Marques – *Contributos para o Estudo do Ensino Industrial em Portugal (1851-1910)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, p. 121-122.

9 O “Condutor de Obras Públicas”, que designava o técnico formado pelos institutos industriais, e era também um cargo de nomeação do Ministério das Obras Públicas, surge em Portugal nesta altura em correspondência com o “Conducteur de Travaux Publics”. Esta categoria profissional, ainda hoje existente em França, designa um técnico da construção civil e obras públicas com uma formação superior de dois anos, após a conclusão do ensino secundário. Em 1924 o “Condutor” passou a ser abrangido pela designação de “Engenheiro Auxiliar” e, a partir de 1926, por “Agente Técnico de Engenharia”. Corresponderia hoje aos níveis 4 ou 5 do Quadro Nacional de Qualificações (Portaria n.º 782/2009, de 23 de junho).

10 SILVA, Raquel Henriques da – *Das Avenidas Novas à Avenida de Berna*. Revista de História da Arte, n.º 2, 2006, p. 127.

11 A Moagem do Caramujo foi classificada como Imóvel de Interesse Público pelo decreto n.º 5/2002 (DR, I Série-B, n.º 42, de 19-02-2002).

12 ALVES, Luís Alberto Marques – *O arranque do Ensino Industrial no Porto (1884-1910)*. Revista da Faculdade de Letras. História. Porto. III Série, vol. I, 2000, p. 67-81.

13 FREIRE, João – *Anarquistas e operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: O anarquismo em Portugal, 1900-1940*, Porto, Edições Afrontamento, 1992.

14 ANDRADE, Hugo Miguel Castro – *Caracterização de edifícios antigos. Edifícios “gaioleiros”*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Engenharia Civil – Reabilitação de Edifícios. Universidade Nova de Lisboa, março de 2011.

15 Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 358/84, de 13 de novembro, Regime Jurídico das Carteiras Profissionais, versão atualizada.

16 BAPTISTA, Fernando Oliveira – *A agricultura e a questão da terra – do Estado Novo a Comunidade Europeia*, Análise Social, vol. XXIX (128), 1994 (4.º), 907-921. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/doc/mentos/1223377943B0cKY7II2Yf98UQ6.pdf>. Acesso em 2016-04-08.

17 GOMES, José Tomaz, *AECOPS – Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas. 117 Anos de Associativismo da Construção*, Lisboa, AECOPS, 2007, *Op. Cit.*, p. 130.

18 PARDAL, Sidónio – *O desordenamento do território, “Público”*, 2006-08-17.

19 GOMES, José Tomaz, 2007, *Op. Cit.*, p. 143.

20 PEREIRA, Gaspar Martins, *SAAL: um programa de habitação popular no processo revolucionário*. História, Revista da FLUP Porto, IV Série, vol. 4 - 2014, p. 13-31.

21 GOMES, 2007, *Op. Cit.*, p. 183.

22 AFONSO, Fernando Paes, António Manzoni de Sequeira, Joaquim Mesquita de Moraes e Lourdes Hill – *O Sector da Construção – Diagnóstico e Eixos de Intervenção*, Lisboa, IAPMEI, Agosto de 1998, p. 85.

23 INE – Instituto Nacional de Estatística, IP, Anuário Estatístico de Portugal 2011, Lisboa-Portugal, 2012 (Ficheiro AEP2011_Cap.III.1a8_b.xls).

24 “*O problema [do elevado nível de dívida externa líquida portuguesa] é agravado pelo facto de, no passado, os défices da balança de transações correntes terem induzido despesas ineficientes em consumo privado e investimento em construção e bens imóveis, em detrimento de um reforço do stock de capital produtivo, que teria melhorado a capacidade da economia para reembolsar a dívida externa*”. COMISSÃO EUROPEIA, Relatório relativo a Portugal 2015, que inclui uma apreciação aprofundada sobre a prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos, Bruxelas, 2015.

25 O segundo número equivale a mais do dobro dos alojamentos de Lisboa!

26 OCDE, *Portugal: Reforming the State to Promote Growth*. “Better Policies” Series, May 2013.

27 Disponível em: <http://blogueforanadaevaores.blogspot.pt/2012/09/guine-6374-p10350-historiografia-da.html>